



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PExt no HABEAS CORPUS Nº 634145 - MT (2020/0337983-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
REQUERENTE : ANDRE LUIZ DE PAULA
ADVOGADO : EDINEY DOMINGUES BARROS - MT014282
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERES. : REINALDO MOLINA DE MORAIS (PRESO)
ADVOGADOS : GILBERTO MALTZ SCHEIR - MT008848
ARNALDO RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO - MT014760
DANIEL RACHEWSKY SCHEIR - MT016449

DECISÃO

Cuida-se pedido de extensão, em benefício de ANDRÉ LUIZ DE PAULA, da decisão que deferiu a liminar para revogar o decreto de prisão de REINALDO MOLINA DE MORAIS.

O requerente encontra-se preso preventivamente em razão de investigações que culminaram na *Operação Mahyas*, na qual se apura a existência de organização criminosa instituída com a finalidade subtrair animais de propriedades rurais localizadas nas adjacências de Cuiabá (MT).

Sustenta que, assim como o corréu REINALDO, foi acusado de transportar o gado de procedência ilícita, razão pela qual, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, a decisão que revogou o decreto prisional deveria ser-lhe estendida.

Requer a extensão dos efeitos da decisão proferida em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O art. 580 do Código de Processo Penal preceitua que, "no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará os outros".

No caso, ao deferir a liminar para revogar o decreto de prisão de REINALDO MOLINA DE MORAIS, o relator, Ministro Nefi Cordeiro, consignou o seguinte (fls. 984-985):

[...]

A concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, somente cabível quando, em exame perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade da privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional, em relação ao ora paciente, está assim fundamentado (fls. 107-108):

20. REINALDO MOLINA DE MORAIS.

Em relação ao representado Reinaldo Molina de Moraes descortinou-se que ele desempenha a função de transporte na organização criminosa.

Na análise do aparelho celular de Reinaldo foram encontradas mensagens que demonstram cabalmente a participação de Reinaldo no roubo da Fazenda Mara.

Da mesma forma, Reinaldo realizou o transporte dos animais no roubo cometido na Fazenda Córrego da Furna, cuja participação é evidenciada pelas ligações existentes entre ele e João Barroso, no momento do crime.

Já no roubo em desfavor da Fazenda Dona Boneca, as investigações descortinaram que Reinaldo foi quem passou as informações privilegiadas à organização para a realização do roubo, visto que ele fazia o transporte de animais para o proprietário da fazenda.

Como se vê, o decreto de prisão ressaltou a necessidade da custódia com esteio na participação do paciente na organização criminosa, em que desempenha a função de transporte, sem demonstrar concretamente a caracterização dos requisitos justificadores da medida extrema.

Assim, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação sobre a participação do paciente nos delitos, sem a demonstração de papel de destaque na organização criminosa, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não havendo divergência nesta Sexta Turma do Tribunal a respeito desse tema, deve ser reconhecida a ilegalidade.

Ante o exposto, defiro a liminar para a revogação do decreto de prisão de REINALDO MOLINA DE MORAIS, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

[...]

Por outro lado, extrai-se da decisão que decretou a prisão preventiva dos réus que (fl. 113):

[...]

Desta forma, há indícios suficientes de autoria e materialidade a evidenciar o “fumus commissi delicti”, porquanto as provas até agora colhidas apresentam sérios e veementes indícios da existência da organização criminosa, estruturada e com divisão de tarefas, instituída com a finalidade de praticar os crimes de roubo e furto de gado.

Quanto ao periculum libertatis, nota-se que a medida de segregação cautelar se justifica para restaurar a ordem pública, evitar que a atividade criminosa continue a operar, se fazendo necessária, também, por conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

Observe-se dos fatos retratados que a organização criminosa está em plena atividade, pois ao longo de dois anos praticou, pelo menos, 10 (dez) roubos majorados e 02 (dois) furtos qualificados, subjugando no

total mais de uma centena de vítimas para obtenção de vantagem patrimonial.

Importa registrar que, durante a ação policial, vários integrantes evadiram do local, empreendendo fuga, o que indica que, em liberdade, se furtarão à aplicação da lei penal.

Soma-se a isto que, com exceção dos representados Fábio de Almeida Brito, Gabriel Rodrigues, Ivan Griliard, José Severino, Reinaldo Molina e Ronaldo Santana, todos os demais representados possuem antecedentes criminais, conforme se depreende do levantamento de fls. 983/985 (Relatório de Investigação 1148/2019). Além disso, quase todos os representados são reincidentes específicos ou respondem por ações penais que apuram o delito de roubo/furto de gado.

Frise-se, ainda, que dentre os envolvidos há agente público (policial militar) que, conforme consignado alhures, foi o mais incisivo nas ameaças ao efetuar a cobrança do receptador, pela compra dos animais. Além disso, as informações colhidas encetam que o representado Lorrân Burin Dantas de Figueiredo, vulgo Thiago, se deslocava, antes dos seus comparsas, para o local do crime, a fim de averiguar a existência ou não de possível ação policial e, caso houvesse, usando o cargo (policial militar) tomaria as providências necessárias à resguardar os criminosos.

[...]

Verifica-se que a custódia do requerente foi decretada não apenas com base na gravidade dos delitos que lhe foram imputados, mas também em razão de seus antecedentes criminais, tratando-se de circunstância pessoal que o distingue do paciente REINALDO MOLINA DE MORAIS.

Não obstante, conforme consta da decisão que decretou a sua prisão preventiva, a conduta criminosa imputada ao requerente se reveste de relevante gravidade (fls. 94-95):

[...]

O representado André Luiz de Paula integra a organização criminosa não apenas como receptador dos animais (fls. 863 do IP). As investigações apontaram que a maioria dos animais eram encomendados por ele, ou seja, a organização só realizava o roubo diretamente quando André ou um dos outros solicitava. Desta feita, participava ativamente da organização criminosa.

Importa registrar, que o representado André possui grau de parentesco com os representados Edinho Meira e Paulo Meira, pois são primos.

Logo, pertencentes a uma das famílias mais conhecidas e temidas de Jangada/MT, como bem consignado no R.I. n. 1148/2019 (fls. 948/949 do IP), os irmãos Meira são bastantes conhecidos das forças policiais da região como receptadores de gado roubado. O envolvimento do representado André Luiz de Paula foi descortinado pelos fatos narrados no Boletim de ocorrência n. 2018.319534, quando da sua participação no roubo do gado da Fazenda Fartura, conforme descrito alhures (fls. 983 do IP – R.I).

Além disso, os elementos angariados até o momento indicam que André trabalha, muitas das vezes, a pedido do representado Edinho Meira que, ultimamente, tenta se afastar das atividades criminosas, a fim de se não atrapalhar a vida política do seu filho que é vereador no município.

Soma-se a isto que o representado André, além de ter sido identificado pela prática de dois roubos, foi flagrado enquanto transportava animais

subtraídos da Fazenda Fartura (Chapada dos Guimarães/MT), sendo também apreendido em sua propriedade os animais subtraídos da Fazenda Monte Castelo (Poconé). Neste último, ele transportava os animais roubados no caminhão do representado Edinho quando foi abordado pelos policiais, conforme se depreende do que consta às fls. 846.

Frise-se, ainda, por ser importante, que o representado empreendeu fuga da autoridade policial, evadindo-se do curral da propriedade para o mato, nos termos do boletim de ocorrência de fls. 513, tudo a demonstrar que o representado André Luiz de Paula é integrante da organização criminosa, visto que, nesta oportunidade, foram apreendidos em sua propriedade 11 animais roubados. A ação do representado André demonstra também que, em liberdade, ele se furtará à aplicação da lei penal, porquanto, reprimido, já empreendeu fuga das autoridades.

[...]

Por conseguinte, inexistindo similitude fática entre a situação do requerente e a do corréu beneficiado com a revogação da segregação antecipada, não há que se falar em extensão dos efeitos da decisão em questão.

Nesse sentido, veja-se precedente:

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE EXTENSÃO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA-PROCESSUAL ENTRE OS ACUSADOS. INTERESSADO QUE REGISTRA PASSAGENS PELA PRÁTICA DE DIVERSOS ATOS INFRACIONAIS. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. INDEFERIMENTO DO PLEITO.

1. O art. 580 do Código de Processo Penal estabelece que "no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".
2. No caso em apreço, não se encontram os corréus na mesma situação fático-processual, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau destacou a dedicação do ora interessado às atividades criminosas, tendo em vista que registra a prática de diversos atos infracionais, inclusive equiparados ao delito de tráfico de drogas. Nesse contexto, percebe-se a ausência de similitude fático-processual entre a situação do corréu beneficiado com a revogação da prisão preventiva e a do ora interessado.
3. Não tendo sido demonstrado o preenchimento dos requisitos do art. 580 do CPP, não há falar, portanto, em extensão da benesse concedida.
4. Pedido de extensão indeferido.

(PEExt no HC n. 532.710/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 22/11/2019.)

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no

RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020), o que reforça a impossibilidade de deferimento do presente pedido de extensão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de extensão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente